

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012744-05.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **José Lourenço**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**JOSÉ LOURENÇO** ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA — DPVAT — INVALIDEZ PERMANENTE** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em data de 20/09/2015, do qual sofreu lesões de natureza grave. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença da indenização relativa ao seguro DPVAT, ou seja, R\$ 11.137,50. Sustentou já ter recebido o montante de R\$ 2.362,50. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa alegando preliminar de falta de documento essencial à propositura da ação. No mérito, arguiu que já houve pagamento administrativo e, assim, não há qualquer valor pendente a ser pago ao autor (o que tinha a pagar já foi pago). No mais, sustentou que o autor não comprovou os fatos constitutivos do seu direito. Insurgiu-se em relação a correção monetária e culminou por pedir a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

improcedência do pedido do autor.

Sobreveio réplica às fls. 160/168.

As preliminares arguidas foram afastadas pela decisão de fls. 171/172.

Laudo pericial encartado a fls. 193/197 e complementado a fls. 240/241.

Manifestações das partes as fls. 203/2010 e 222/232.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 20/09/2015.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação in casu**, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 20/09/2015, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 193/197 (complementado a fls. 240/241) revela que há nexos de causalidade e também dano patrimonial físico



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sequelar estimado em 30% ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

No caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 2.362,50, que corresponde a 17,5% do teto; assim cabe à ré complementar a indenização no percentual de **12,5% e o autor faz jus à diferença de R\$ 1.687,50** (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar ao autor, PAULO CEZAR DE ESTEFANI, a diferença de **R\$ 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, referente ao percentual de 12,5% correspondente a diferença da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º, inciso “II” da Lei 6.194/74 *(com alteração dada pela Lei 11.482/07)*.

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do pagamento a menor, ou seja, 22/07/2015 (fls. 49), e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo honorários advocatícios ao advogado do autor em R\$ 937,00 e ao advogado da requerida também em R\$ 937,00. Observe-se que o autor é beneficiário da justiça gratuita.

**P.I.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 06 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**